



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

FERNANDA LOPES DE OLIVEIRA

**A PERSPECTIVA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL RUSSA:
IMPERIALISMO SOB OS MOLDES DA UNIÃO SOVIÉTICA E DA
FEDERAÇÃO RUSSA**

BRASÍLIA

2019



FERNANDA LOPES DE OLIVEIRA

**A PERSPECTIVA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL RUSSA:
IMPERIALISMO SOB OS MOLDES DA UNIÃO SOVIÉTICA E DA
FEDERAÇÃO RUSSA**

Relatório final de pesquisa de Iniciação
Científica apresentado à Assessoria de Pós-
Graduação e Pesquisa.

Orientação: Prof.º João Paulo Santos Araújo.

BRASÍLIA

2019

À minha irmã, Alzenir, que me ensinou a persistir e esperar o tempo das coisas de forma a transformar o medo e a ansiedade em superação e bons frutos.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, gostaria de agradecer ao meu orientador, Professor Mestre João Paulo Santos Araújo, pela confiança, apoio e paciência. Sem sua confiança no projeto e sua fé em minha pessoa, essa pesquisa não viria a existir. Agradeço pelas orientações e ensinamentos preciosos que levarei por toda a minha vida. Agradeço pelo consolo e incentivo dados nos momentos que pensei em desistir, trabalho que foi além da orientação, mas de um verdadeiro mestre.

Agradeço aos meus pais por me incentivarem aos estudos sempre e investirem nas minhas vitórias para que eu possa chegar mais longe. Agradeço a minha irmã, Alzenir, pela força moral e apoio para seguir em frente.

Agradeço à equipe da Assessoria de Pesquisa e Extensão pelo suporte em todos os momentos do programa, desde as dúvidas tiradas nos corredores e nas oficinas à paciência em receber fichas de efetividade e relatórios.

O conhecimento contido nessa pesquisa de fato foi extenso, mas o que vocês todos compartilharam comigo durante essa jornada é inestimável.

“Os enigmas do universo só lentamente se revelam à nossa investigação. Existem questões às quais o homem, atualmente, não pode nos dar respostas, mas o trabalho científico constitui o único caminho que pode nos levar a um verdadeiro conhecimento da realidade externa a nós.” SIGMUND FREUD.

“Se queres prever o futuro, estuda o passado.” CONFÚNCIO.

RESUMO

Em meio à crise da ordem internacional liberal, liderada pelos Estados Unidos e seus aliados desde o fim da Guerra Fria, a efetividade das instituições multilaterais vêm sendo questionadas numa multipolaridade dotada de realidades altamente divergentes. Tal ordem enraizada na perspectiva ocidental fez com que países emergissem pedindo mudanças, de maneira que as instituições e regras satisfaçam a universalidade, dentre eles a Rússia. Como um ator predominante e influente nas relações internacionais se faz necessário compreender o comportamento russo nas relações internacionais de forma sistematizada e integrada com a geopolítica, história e filosofia, sobretudo de como a Rússia coopera com outros países. Nisso, a presente pesquisa pretende, ao compreender os padrões de cooperação internacional russos, demonstrar que existe continuidade na noção de poder e imperialismo no comportamento russo especialmente entre seus dois momentos de mudança doutrinária político-filosófica mais marcantes: União Soviética (1917-1991) e Federação Russa (1991-2018). A partir da comparação histórica e da dialética, e sob o prisma da teoria do realismo clássico das Relações Internacionais, depreende-se que visão russa é caracterizada em termos gerais como ortodoxa, nacionalista e centralizadora, mesmo que houveram períodos de rupturas significativas em sua história.

Palavras-Chave: União Soviética. Federação Russa. Cooperação Internacional.

LISTA DE ABREVIATURAS

- BRICS – Acrônimo para o fórum multilateral de países emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
- CEI – Comunidade dos Estados Independentes
- CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas
- EUA – Estados Unidos da América
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- ONU – Organização das Nações Unidas
- OMC – Organização Mundial do Comércio
- OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
- PCUS – Partido Comunista da União Soviética
- UE – União Europeia
- URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 OBJETIVOS	11
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1 A TEORIA REALISTA CLÁSSICA E A POLÍTICA EXTERNA RUSSA	13
2.2 ESTADO, SOBERANIA E TERRITORIALIDADE.....	20
2.1 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	22
3. METODOLOGIA	24
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	26
4.1 UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS (URSS)	26
4.1.1 A política externa e a cooperação na era soviética	26
4.2 FEDERAÇÃO RUSSA	28
4.2.1 A Nova Concepção de Política Externa da Rússia	29
4.2.2 A cooperação internacional na “nova Rússia”	34
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
6. REFERÊNCIAS	39
7. ANEXO I: CONCEPÇÃO DE POLÍTICA EXTERNA DA FEDERAÇÃO RUSSA	41

1. INTRODUÇÃO

A ordem internacional vigente após a Guerra Fria embasada em princípios liberais - neoliberais mais precisamente quanto à economia e ao comércio internacionais - de abertura econômica, instituições multilaterais, segurança cooperativa e democracia representativa mais socialmente solidária, está em crise. Dentre as principais causas para tal momento nas relações internacionais, a mais discutida pela comunidade de especialistas é o recuo da liderança e do poder dos Estados Unidos, bem como de seus aliados europeus e japoneses, na manutenção do sistema liberal ocidental num mundo multipolar com realidades tão distintas umas das outras. Em face de tal dissipação de poder, alguns países emergem, como China, Rússia, Índia, Brasil e países da União Africana, ao solicitar mudanças na ordem vigente de maneira que as instituições e regras satisfaçam a universalidade, sem paridades ocidentais. Dentre esses atores, a Rússia exerceu influência decisiva no equilíbrio de poder nas relações internacionais, desde a participação do Império Russo na Guerra dos Sete Anos (1756-1763), como também na reorganização da Europa após a era napoleônica no Congresso de Viena (1814-1815). Foi decisiva contra dominações hegemônicas não só de Napoleão, mas da Suécia por Carlos XII (1700) no norte europeu e de Hitler na Segunda Guerra Mundial (1932-1945), mas também de sustentar por 46 anos um sistema bipolar, envolvendo tecnologia nuclear, com os Estados Unidos durante a Guerra Fria em seu período soviético (1945-1991). Contudo, o comportamento russo na política internacional tem sido compreendido com dificuldade pelos outros atores desde então, por muitas vezes não se comportar aos padrões ocidentais e nem mesmo aos asiáticos, como os chineses, tendo uma certa particularidade em seu modo de ver o mundo. Porém, esse ‘mundo de vida’ russo, ao que possa parecer, não possui nada de inovador comparada a história da política mundial e da sua própria.

A visão russa é caracterizada em termos gerais como ortodoxa, nacionalista e centralizadora. Isso porque se concentra na noção de território e o poder que exerce sobre ele, as instituições e a população sobre ele, que mais tarde viriam a compor a noção mais ampla de Estado nacional. O conceito de liderança de um povo para a

prosperidade está intimamente relacionado ao papel “divino” do líder da nação, seja o Czar, seja o líder supremo soviético ou o presidente e seu círculo. Isso significa dizer que o líder conduz a nação, numa noção quase (e por muito tempo foi) ligada à religiosidade. A identidade nacional é intimamente ligada à terra, mais do que questões culturais e ideológicas como costuma-se ver no ocidente. As noções de terra, autoridade do líder, destino manifesto ligado a noção de herança do Império Romano e o raciocínio pragmático, compõem durante a história da Rússia uma constante, mesmo que em momentos houve quebra de paradigmas significativos.

Mediante a complexidade geopolítica russa, se faz necessário tratar do comportamento russo nas relações internacionais de forma multifacetada, a partir da somatória dos pontos de vista histórico, filosófico e geopolítico, de forma a identificar esses padrões ortodoxos e desconstruir mitos e visões parciais que pouco refletem a realidade objetiva. Essa perspectiva é o que motivou a presente pesquisa. A carência de sistematização dos padrões de comportamento russo nas relações internacionais, especialmente em termos de dinâmicas em cooperação internacional, expõe a importância de estimular a ampliação do escopo de análise com o intuito de gerar uma melhor e mais qualificada estratégia de ação. Nisso, a pesquisa apresentada propõe-se, ao compreender os padrões de cooperação internacional russos, demonstrar que existe continuidade na noção de poder e imperialismo no comportamento russo especialmente entre seus dois momentos de mudança doutrinária político-filosófica mais marcantes: União Soviética (1917-1991) e Federação Russa (1991-2018). Foram utilizados marcos e análises históricas das ações russas, como aponta Henry Kissinger (2012), Joseph Nye e Robert Keohane (2009), João Fábio Bertanha (2011) e Richard Pipes (2017), assim como análise mais profundas das políticas e moldes revolucionário soviéticos. A sistematização da política externa da União Soviética, como a faz Bruno Groppo (2008) e Silvio Pons (2008), a fim de compará-la com a atual será outro elemento chave na satisfação dessa pesquisa. O referencial teórico trabalhado foi o do realismo clássico e neoclássico, de Hans Morgenthau (2003), Robert Jervis (1999), Jacek Wierzbicki (2011) e Michael Williams (2004) da academia de Relações Internacionais.

Dessa forma, objetiva-se aprofundar o debate sobre a Rússia, indo além de ceticismos e da ideia simplista da política externa russa como tão somente voltada ao revanchismo a hegemonia ocidental, ao permear a visão do outro, tão importante para a interação em negociações internacionais.

1.1 OBJETIVOS

O objetivo geral da pesquisa foi sistematizar os padrões de cooperação internacional russo, ao identificar divergências e continuidades no período entre União Soviética e Federação Russa. Especificamente, também se teve como objetivo:

- a) Identificar o paradigma imperialista na aparente mudança do socialismo soviético e o liberalismo democrático atual, sob a égide da teórica realista clássica e neoclássica;
- b) Discorrer sobre o ímpeto de manutenção de poder e status de potência mundial através de uma contínua visão imperialista, ligada aos conceitos de territorialidade, soberania e Estado;
- c) Comparar a política externa nesses dois momentos, União Soviética (1917-1991) e Federação Russa (1991-2018), a fim de identificar continuidades e diferenças em estratégias, sobretudo, de segurança e defesa;
- d) Esmiuçar nas fases mais marcantes da política da Rússia, partindo de Stálin, permeando Gorbachev, o período de transição Iéltsin e a era Putin, os padrões de cooperação internacional;
- e) Traçar o comportamento da Rússia atual, dada a sua relevância no sistema internacional, com vistas a identificar heranças e desafios para o futuro;
- f) Ampliar a análise da Política Externa Russa para além de formalismos, ideias pré-concebidas e visões estritamente ocidentalizadas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Da perspectiva atual dos estudos da política externa russa, no trato com países do Ocidente e a forma de lidar com desafios recorrentes de segurança e estabilidade nacionais, o pensamento russo centra-se numa perspectiva Estadista, como classifica Andrei P. Tsygankov (2013), em que o interesse nacional deve ser orientado para buscar a ordem, soberania e segurança da nação. Tsygankov argumenta que essa percepção sempre esteve presente na consciência da maioria dos russos, desde os tempos da Rus' de Kiev e até mesmo sobreviveu após as invasões dos Mongóis (século XIII). Nesta categoria, há de se destacar a estratégia pragmática, em estabelecer alianças fluidas que limitassem as ações da Rússia em questões estrangeiras ao mesmo tempo que defende o status quo russo, muito marcante na história diplomática russa com Aleksandr Gorchakov, chanceler na Guerra da Crimeia em meados do século XIX (TSYGANKOV, 2013) (IVANOV, 2002). É importante destacar que nesse arquétipo não se engloba o antiocidentalismo, muito pelo contrário, busca-se o reconhecimento de sua soberania e construir coexistência (TSYGANKOV, 2013). Partindo dessa perspectiva, Ióssif Stálin conduzia suas relações com o Ocidente e justificava suas ações na primazia do interesse nacional. Vladimir Putin, também se utilizou do exemplo de Gorchakov para reconstruir os padrões de política externa, quando em face de uma situação semelhante a que o príncipe se encontrava em seu tempo (IVANOV, 2002). Porém, em termos filosóficos, permanece no imaginário russo, mesmo num estado de certa secularidade, a concepção tradicionalista baseada em dogmas da Igreja Cristã Ortodoxa de 'destino manifesto' russo como herdeira do Império Romano. Isso significa dizer que na visão russa de seu papel no mundo, a noção de luta justa do bem contra o mal, da moralidade e da condução do novo império estão atreladas as noções civilizacionistas cristã e da 'Terceira Roma' (DOMINGUES; MILHAZES, 2017). Além disso, pela perspectiva geográfica a nação russa pela sua grande extensão territorial vê-se dividida, em termos identitários, durante sua história entre o Leste Europeu e a Ásia, sendo este fator muitas vezes determinante nas doutrinas de relação com outros países. Alexander Dugin (2015), teórico e intelectual russo, a partir da compreensão da Rússia no espaço e tempo - o que ele define como a percepção geopolítica - se resumem inicialmente em definir a civilização russa como ligada ao território (*civilization of the land*). Isso significa dizer que a lógica da sociedade e da política russa ao longo de sua

história está intimamente ligada a uma noção territorial, em que a riqueza emana da conquista da terra. Assim sendo, a política externa russa, em geral, tende a centrar-se no pragmatismo, territorialidade, interesse nacional, e estadismo com requintes de universalismo.

Mediante essa sumarização bem geral, tais paradigmas da política externa russa podem ser analisados, com mais riqueza na abrangência epistemológica e metodológica, aos olhos da teoria realista das Relações Internacionais, em sua matriz mais clássica, centrada no pensamento de Hans Morgenthau (1904-1980), assim como a revisão de tal teoria pelo neoclassicismo ou teoria neorrealista defensiva. Isso porque os conceitos de poder, interesse nacional, racionalidade do Estado, soberania e cooperação internacional dados pelo realismo político refletem a lente pela qual se pode enxergar mais precisamente a realidade do mundo de vida russo e, dessa maneira, identificar mais objetivamente o arquétipo da Rússia nas relações internacionais.

2.1 A TEORIA REALISTA CLÁSSICA E A POLÍTICA EXTERNA RUSSA

O trabalho desenvolvido por Hans J. Morgenthau certamente é um dos principais marcos para os estudos e análises da política internacional, seja para aqueles que concordam com as principais premissas do realismo político ou aqueles que o criticam. Para a existência e contínua evolução área de Relações Internacionais, como ciência autônoma dentro da gama doutras da área de humanística, as discussões ontológica e epistemológica de Morgenthau foram, e segundo os realistas neoclássicos continuam sendo, ferramentas imprescindíveis e inevitáveis. Como alemão refugiado nos EUA durante o domínio nazista e altamente crítico ao legalismo positivista da República de Weimar, Morgenthau articulou uma teoria própria da política, que abarcasse sua realidade e não a sujeitasse às aspirações inconsistentes com ela de outras áreas humanas, como a ética e o direito. Pensando nisso, ele sustenta que a essência da política é o poder e é a partir dessa premissa que toda a teoria do realismo político toma forma. Em sua crítica ao cenário que se viu após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) de predominância do legalismo e do institucionalismo como os “salvadores” da humanidade das mazelas da guerra e da política, Morgenthau enxergava que elas pouco enxergavam os processos sociais e as estruturas de poder sob

as quais operavam na implementação bem como na criação de suas normas e regimes e, por isso, falhavam em promover a ordem e a paz (WIECLAWSKI, 2012, p.157). Essa forma moralista e positivista de se pensar a política e a sociedade, que por isso só se ordenaria e num tempo relativamente curto, era o que Morgenthau classificou como idealismo. Porém, na realidade o que o teórico constatou que existe uma natureza de competição de onde existirão embates de interesses contrários incessantes e que é necessário agir conforme esse cenário inevitável (MORGENTHAU, 2003, p.4).

Partindo da premissa de que a política é centrada no poder, em sua principal obra, *Política entre as Nações* (1948- primeira edição), buscou discutir a ontologia da política internacional, assim como construir premissas e orientações de método para o estudo das relações internacionais. Tratando da compreensão de poder e interesse nacional, categorias importantes para o que se propõe nesse capítulo, faz-se válido revisitar os 3 primeiros dos seis princípios do realismo político e demais elucidações conceituais presentes em tal obra.

O primeiro princípio afirma que a política está assentada na natureza de competição do ser humano por poder, o que assegura a objetividade da teoria em relação ao mero julgamento subjetivo²¹. Aliado a isso, o segundo princípio determina que “o conceito de interesse [é] definido em termos de poder”²², Morgenthau, segundo Jacek Wieclawski (2012), distingue as disputas políticas de outras, como jurídicas e econômicas. Disso, depreende-se que das disputas políticas o objetivo primário será o poder, seja qual for a meta que se deseja alcançar (desenvolvimento, melhores condições de comércio, segurança de fronteiras, entre outros). No entanto, como os realistas neoclássicos argumentam, Morgenthau aponta que o poder não é fim em si mesmo na política como se costuma convencionar ao Realismo, mas sim no cunho do interesse nacional, seja quais forem seus objetivos, o fim imediato é a obtenção de poder (WILLIAMS, 2004, p. 638)(WIECLAWSKI, 2012, p. 160, 165)(MORGENTHAU, 2003, p. 49). No terceiro princípio reitera que o interesse definido em termos de poder possui validade universal e atemporal, porém não constitui numa definição fixa infundavelmente (MORGENTHAU, 2003, p.16). Isso significa dizer mesmo que o poder seja o fim imediato do interesse (como citado anteriormente) e isso não muda visto que a própria natureza humana é imutável, as delimitações de objetivos dos interesses são passíveis de sofrer transformações conforme o contexto histórico, cultural, e o ambiente social e político que se inserem. Isso também se torna válido para o conceito de poder quando:

“O poder abarca tudo que estabeleça e mantenha o controle do homem sobre o homem. Assim, o poder engloba todos os relacionamentos sociais que se prestam a tal fim, desde a violência física até os mais sutis laços psicológicos mediante os quais a mente de um ser controla uma outra.”(MORGENTHAU, 2003, p. 18).

Depreende-se da flexibilidade desses conceitos dá uma certa dinamicidade aos processos da política internacional a qual depende da configuração momentânea do poder e que “ que pode trazer uma nação para a frente da ribalta da luta pelo poder, ou arrancar de uma outra nação a capacidade de participar ativamente” (MORGENTHAU, 2003, p. 51).

Ainda há de se mencionar que o poder político não se confunde com outras categorias como força militar. Morgenthau deixa claro que mesmo que a última é um instrumento importante da primeira, quando a materialidade da força militar toma protagonismo nas disputas internacionais na forma de guerra, abdica-se do poder político, ou seja abre-se mão da centralidade do controle psicológico do homem sobre o homem para a coação por força física/material. O poder político também não se confunde ou exclui a legitimidade o uso da força - que ele chama de poder legítimo-imprescindível para manutenção da ordem pública e o direito de defesa. (MORGENTHAU, 2003, p. 52 e 54).

Ademais, é válido destacar que na luta pelo poder Morgenthau elenca três formas que ela pode se apresentar nas disputas políticas internacionais. O Estado pode buscar manter sua condição de poder, ou seja, seu status quo, a partir de políticas que mantenham a distribuição de poder, como a de manutenção da paz e alianças. Também pode querer aumentar seu poder, ao modificar as estruturas de poder vigentes, a partir da conquista militar/territorial, exploração econômica ou domínio cultural, chamada de imperialismo. E por fim, demonstrar seu poder frente aos outros, a política de prestígio, em que as cerimônias diplomáticas e desfiles militares cumprem o papel não só da demonstração, mas de dissuasão bem como de influenciar impressões do outro.

Em síntese, o poder na política internacional, a serviço dos interesses nacionais, independente de quais forem, é controlar as ações do outro mediante a influência de seu

comportamento, a exemplo da corrida armamentista entre as nações antes da Primeira Guerra Mundial de forma a dissuadir os outros a não atacar ou o expansionismo e o domínio marítimo da Grã-Bretanha para neutralizar possíveis desafiantes a sua hegemonia.

Em adição a isso, o cenário que Hans Morgenthau e os demais realistas têm como base é a centralidade do Estado como ator nas relações internacionais. Isso porque os Estados são vistos em sua unidade, composto pela população, instituições burocráticas e poder soberano e delimitado por território, a espelho da definição weberiana, cujo filósofo influenciou muito as sistematizações de Morgenthau. Nesse sentido, o realismo político não ignora a existência de estruturas internas de poder, nem a existência de outros atores como indivíduos ou grupos deles, mas os considera como parte do consenso construído dentro do Estado (que seria materializado na política externa) ou em consonância que eles representam na sua atuação em âmbito internacional. Morgenthau nessa relação entre coesão da política doméstica na prática da política externa pouco se aprofunda, cabendo apenas a se limitar a diferenciar os mecanismos de distribuição de poder nas realidades de dentro e fora do Estado. Essas realidades trazem formas diferentes de comportamento especialmente em termos de poder político. No âmbito interno o Estado tem o dever de manter a ordem e a coesão interna e para isso utiliza-se do aparato do direito nacional e do monopólio legítimo da força, harmonizados com um poder central. Já no externo, é a defesa do interesse nacional, mas num ambiente sem um poder central ou força legítima coercitiva reconhecida por todos, em outras palavras, um cenário de anarquia. Sendo assim, mesmo que seja uma limitação da teoria de Morgenthau desconsiderar a priori os elementos da política interna na atuação internacional dos Estados, entende-se que foi uma escolha teórica, visto que o foco que o autor desejava dar era a atuação na política internacional (WILLIAMS, 2004). A justificativa para isso pode ser encontrada quando Morgenthau versa sobre os cálculos dos Estados nas políticas de equilíbrio de poder, bem como sobre a qualidade do poder nacional, reconhecendo a suma importância da coesão interna entre grupos e do governo e suas instituições, mas para efeitos de viabilidade do cálculo político, a complexidade dos fatores internos é diminuída em termos consideráveis. Ainda, Morgenthau assinala a importância do exercício racional na prática da política externa, ao analisar fatos e consequências, assim como a prudência no processo do *decision-making*. O Estado, como ator principal das relações internacionais, deve obter sobriedade ao dar primazia a aspectos morais e ideológicas

na determinação de suas ações, assim como os quarto e quinto princípios afirmam, respectivamente:

“O realismo sustenta que os princípios morais universais não podem ser aplicados às ações dos Estados em sua formulação abstrata, mas que devem ser filtrados por meio das circunstâncias concretas de tempo e lugar.” (MORGENTHAU, 2003, p.20).

“O realismo político recusa-se a identificar as aspirações de uma determinada nação com as leis morais que governam o universo. Assim como sabe distinguir entre a verdade e a opinião, é capaz também de separar a verdade da idolatria” (MORGENTHAU, 2003. p.22).

Tais princípios não deixam de reconhecer que o julgamento moral da ação política, mas determina que isso não cause empecilho à uma ação política prudente. Da mesma forma, as ilusões ideológicas e morais que um Estado se reveste não podem tomar uma proporção de tal forma a obscurecer os cálculos e as consequências da política em detrimento de crenças demonizadoras do outro e do sistema internacional que está inserido. Como ilustração disso, Morgenthau apresentar a ascensão do fascismo e a emergência dos nacionalismos durante as guerras mundiais.

Mediante a busca incessante pelo poder, natural do ser humano, para a sobrevivência do todo e da multiplicidade de seus componentes, assim como do status quo dos Estados atuantes no sistema, o equilíbrio de poder surge precisamente como a limitação dessas disputas, e por isso também como condição de existência. Assim, a tendência é que haja sempre o equilíbrio quando uma parte tente subjugar as outras, essas resistirão até que um dos resultados seja a derrota do desafiante ou que ele consiga manter o poder sem afetar a multiplicidade dos outros, bem como manter as tendências conflituosas normalizadas. A visualização desse sistema assemelha-se, na política doméstica, ao que Morgenthau ilustra no caso do sistema de governo estadunidense de pesos e contrapesos (*checks and balances*). Há de se mencionar neste ponto, os mecanismos utilizados para influenciar nas políticas de balança de poder,

podendo dividi-las em: dissuasão, força militar e alianças. Por políticas de dissuasão, deve-se compreender o que Morgenthau em sua obra define como políticas de “dividir para conquistar”, ou seja, enfraquecer os adversários diretamente ou indiretamente (fortalecendo nações mais fracas que possam diminuir a força do oponente) e políticas de compensação, de conceder vantagens em troca de certos benefícios. Explica-se colocá-las numa categoria de dissuasão para fins de facilitar a compreensão.

Mesmo que a força militar possa também ser um meio de dissuasão, há de se discuti-la separadamente devido a particularidades que possui. Morgenthau considera a política de armamentos como um instrumento de protagonismo na manutenção do equilíbrio de poder. Porém, como já foi discutido, não é a única ferramenta a ser utilizada na política de poder, nem mesmo pode ser tomada como sendo a definição desta. A corrida armamentista e o caso das armas nucleares são usadas por Morgenthau como ilustração dessa utilidade no equilíbrio de poder. No caso nuclear, tem-se a noção de poder utilitário e não utilitário, em que a utilização de um poder de tamanha destruição sem deliberação provocaria a extinção do sistema, sendo, portanto, utilizado como forma a influenciar a mudança do comportamento do outro.

Contudo, a manifestação mais pura do equilíbrio de poder para Morgenthau são os sistemas de alianças, em que num sistema de competição procura-se aumentar seu poder em relação ao oponente ao aliar-se ao de outros, ou diminuir o poder do oponente aliando-se ao poder de outros. A ocorrência de uma aliança depende da determinação de quem é o inimigo e como ele afetaria seus interesses (mesmo que esses possam não ser de alguma maneira harmônicos ou semelhantes), por afinidades ideológicas (compreendida mais como direcionamento do que questões puramente morais), questão de vantagens que possam ser obtidas (que não são simétricas) e por sobrevivência no sistema (geralmente o que as nações mais fracas fazem). As alianças exigem um nível de consenso sobre os objetivos que se deseja alcançar e as políticas e ações para tal, costumam ter tempo determinado de duração e ocorrem com mais frequência em tempos de guerra (MORGENTHAU, 2003, p. 352-354). Em face disso, Morgenthau identificou padrões de disputas que as alianças podem exercer na política do equilíbrio de poder: (1) aliança versus dominação mundial, em que a aliança deseja assegurar seu status quo frente aos ímpetus hegemônicos de outro; (2) alianças versus contra alianças, quando há aspirações imperialistas conflitando entre si. Ademais, há de se mencionar o papel do mantenedor do equilíbrio, um Estado reconhecido pelos outros do sistema,

que se mantem isolado das disputas em questão e possua poder suficiente para atuar como uma força exógena e balanceie as tendências²⁴.

Ainda cabe mencionar que o equilíbrio de poder, como princípio e condição inerente ao sistema internacional, pode ser utilizado como ideologia pelos Estados. Isso ocorre quando há um interesse dos Estados com maior poder no sistema de manter uma certa configuração de poder que os beneficia. Nisso, evoca-se o princípio de defesa do equilíbrio de poder frente a tentativas imperialistas ou que alterem tal distribuição, as quais serão rejeitadas, visto que nesse contexto a proteção do status quo vigente e a balança de poder em si se tornam categorias semelhantes (MORGENTHAU, 2003). Assim sendo, um país que avoque tal princípio comumente aceito pela comunidade internacional, a priori intui defendê-lo como interesse próprio em consonância com o geral.

Por fim, é necessário destacar para fins de compreensão teórica a concepção de intervenção para a teoria do realismo político. Segundo Morgenthau, o mecanismo de intervenção se configura numa tendência na política internacional, não tão somente como mecanismo de disputas hegemônicas ou satisfação de interesse nacional em termos de segurança nacional, mas também como ferramenta de dissuasiva de poder, como ele mesmo ilustra no caso de envio de ajuda humanitária e econômica as novas nações africanas após a descolonização do continente. Morgenthau ainda destaca o papel da intervenção como política mantenedora de status quo, assim como um mecanismo para adquirir alianças, a exemplo do que ocorreu na Guerra Fria na disputa entre URSS e EUA. Há de se mencionar que a prudência aqui mais uma vez é corolário da utilização da intervenção ou não. Em face de uma ameaça imperialista, as contra medidas necessitam de um exame racional das consequências e das ações a serem tomadas, tendo como norte os interesses nacionais. Elementos ideológicos e subjetivos obscurecem a ação política e podem resultar em grandes perdas e até eventos catastróficos. Esse foi um dos argumentos que Morgenthau foi um grande crítico da Guerra do Vietnã travada pela política externa estadunidense. Ademais, política de status quo não se confunde com imperialismo, como já foi diferenciado em item anterior. A resistência a uma intervenção dela sendo como uma política de status quo ou imperialismo dependerá do referencial que se está analisando, por isso a importância do exame racional das políticas internacionais.

2.2 ESTADO, SOBERANIA E TERRITORIALIDADE

Visto os principais pontos apresentados pela teoria do realismo político, bem como as considerações da revisão neoclássica, fez-se válido para a fundamentação teórica dessa pesquisa revisitar os conceitos de Estado, soberania e território, trabalhados pela Ciência Política.

A concepção de Estado nacional como conhecida atualmente surge com Maquiavel (1469-1527) que o caracterizava como “condição de posse permanente e exclusiva de um território e de comando sobre seus habitantes” (MATIAS, 2005, p. 62). A partir disso, outros teóricos desenvolveram a noção de que Estado é um aparato político que possui jurisdição suprema sob um determinado território, o monopólio do poder coercitivo e legitimidade sustentado pelos seus cidadãos, como se pode notar na summa de teorias do Estado dadas por diferentes pensadores:

Max Weber (1864-1920): *“O Estado é uma comunidade humana que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território”*;

Immanuel Kant (1724-1804): *“A reunião de uma multiplicidade de homens sob regras jurídicas”*.

Hans Kelsen (1881-1973): *“O Estado [é] a ordem jurídica caracterizada pelo poder de criar e aplicar o direito em um território, em relação a um povo e recorrer à força se necessário. O território seria o limite da validade espacial da ordem jurídica estatal, e seu povo, o seu limite de validade pessoal”* (MATIAS, 2005).

Porém, para efeitos de análise a concepção de Estado nacional aplicada à visão russa do mundo aproxima-se mais dessas definições mais formais referentes aos aparatos institucionais a *stricto sensu*, do que perspectivas mais liberais como as de Friedrich Hegel (1770-1804), Alexis de Tocqueville (1805-1859) e Átila Özer (1969-). Tais perspectivas centram-se na concepção de organização estatal em prol da liberdade individual e impessoalidade do Estado. Devido ao caráter centralizador e ortodoxo da

política russa, essas concepções assumem um papel muito pequeno ainda a mercê do controle do poder central, situação que se nota no sistema federativo atual, cuja democracia assume contradições e impasses sérios entre as bases liberais garantidas pelo direito e a autocracia estatal. Há de se mencionar ainda na categoria do Estado que o contrato social por vezes permutou entre as noções hobbesiana (de controle em prol da segurança) e rousseauiana (condução social para o bem-estar geral).

Em termos de soberania, as concepções em ambas as dimensões citadas por Eduardo Matias (2005) de poder e competências do Estado, bem como supremacia e independência baseadas e garantidas no direito internacional são trabalhadas pela filosofia política russa, porém, como já dito anteriormente, ligada intimamente a noção de territorialidade. As discussões na academia de ciências políticas e relações internacionais sobre de onde emana a soberania são infinitas, mas cabe mencionar brevemente a reflexão de Bertrand de Jouvenel (1903-1987)¹. Para ele a soberania pode emanar da figura do rei² embasado em costumes e regras tradicionais, da vontade popular visto como disposição do povo de sua liberdade para instituições e estamentos, e da vontade do povo materializada na democracia representativa e eleições diretas. Durante a história russa, a política está mais familiarizada com o primeiro tipo com intercalações do segundo tipo nos primeiros anos de Revolução Russa e consolidação da era stalinista e do terceiro tipo nos dias atuais. No entanto, em geral, a autocracia se mantém como uma herança histórica muito profunda seja em qualquer momento doutrinário e ideológico que o país tenha vivido.

Finalmente, em adição ao que já fora apresentado sobre a importância da territorialidade na política externa russa como delimitador prático da extensão de poder, segurança internacional e, filosoficamente, da origem da riqueza econômica e identitária russas, o aspecto territorial configura-se num aspecto relevante nos mecanismos de defesa de soberania, não-intervenção e reconhecimento da legitimidade de um Estado. Quanto ao último ponto, vê-se que nas doutrinas de reconhecimento do Estado adotados pelos países, a Rússia tende a se encaixar no modelo Estrada, que prevê a não

¹ DE JOUVENEL, Bertrand. **Sovereignty: An Inquiry into the Political Good**. Inglaterra: Cambridge University Press, 2012.

² Entende-se por 'rei' no sentido de líder autoritário, em que o poder ser centralizado na figura de um monarca, de um ditador ou presidente.

condicionalidade de preceitos democráticos para o reconhecimento, recorrendo a conceitos tradicionais de estabilidade governamental dentro de um território³.

2.3 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Mesmo que a centralidade da política seja o poder assim como Morgenthau se mostra crítico ao papel do legalismo e dos papéis normativos atrelados a manutenção da paz e segurança internacionais por meio de instituições e regimes, é errôneo concluir que o realismo político descarta a possibilidade da cooperação internacional. Os processos de negociações e o estabelecimento de parcerias e ações conjuntas é um aspecto inegável da realidade que em termos de ganhos e perdas a soma é diferente de zero (ganhos assimétricos), o que num cenário caricato de conflito constante seria zero (um perde e outro ganha). Robert Jervis (1999) em sua análise da cooperação internacional distingue a visão realista e neoliberal basicamente apontando que cada uma possui um referencial diferente. Enquanto o neoliberalismo centra-se em questões de economia política internacional como núcleo das dinâmicas de cooperação, o realismo parte da distribuição de poder no sistema, em outras palavras, em função do equilíbrio de poder. Como consequência disso, as prioridades da agenda internacional para os neoliberais serão questões socioeconômicas e ambientais, enquanto os realistas tenderão para segurança, defesa e influência política (high politics). Jervis ainda aponta a visão realista de necessidade do conflito, que o enxerga como elemento comum nas relações internacionais, em contraste com os neoliberais que o veem como exceção, e que a harmonia de interesses mitigaria essa “falha”. Porém, em consonância com E. H. Carr (1892-1982) em seus “Vinte anos de Crise 1919-1939” (2001), Morgenthau afirma que na realidade não há harmonia de interesses e sim a tendência contrária e, por isso, o conflito é natural cabendo os atores lidarem com isso. A cooperação, dessa maneira, seria resultado da prudência dos Estados na determinação dos melhores caminhos para atingir seus interesses.

Quanto às instituições internacionais, o realismo possui uma postura mais crítica e pessimista. As correntes liberais acreditam que as instituições e os regimes internacionais possuem o papel muito importante na mitigação de conflitos e

³ VARELLA, Marcelo D. **Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva, 5ª ed., 2014, p.255 e 256.

manutenção da paz e segurança internacionais. O reconhecimento legítimo dessas instituições e das normas e princípios do direito internacional promoverão uma harmonização no comportamento dos Estados que, sob valores comuns e práticas embasadas na tecnicidade, procurarão juntos defender a sobrevivência da comunidade a frente de qualquer ameaça. Essa “ciência da paz”, como Morgenthau (2003) convencionou chamar, é uma grande ilusão, especialmente quando exalta um caráter extremo de racionalidade humana que seja capaz de mitigar sua própria natureza, e até mesmo as próprias influências morais e psicológicas inerentes do ser humano.

Cabe ressaltar que isso não entra em contradição com o exame racional da ação política, pois Morgenthau não nega a existência da moralidade ou da psicologia do indivíduo. Apenas ressalta que na tomada de decisão esses não devem ser os parâmetros principais para definir os interesses.

Esse pensamento foi base para a defesa das instituições internacionais e a batalha pela erradicação da guerra. Porém, como Morgenthau aponta, as causas da guerra são muitas e demasiado complexas e o reducionismo desse tipo de razão, instrumentalizada no legalismo e no forte caráter funcionalista/técnico dessas instituições, funcionam mais como remediação do que como solução (MORGENTHAU, 2003, p. 78).

Contudo, isso não significa que as instituições e regimes internacionais sejam totalmente descartáveis. Elas funcionam porque os Estados a legitimam, assim como as obrigações do Direito Internacional. São necessárias para organizar minimamente as relações entre os Estados, de forma a facilitar as dinâmicas da política de interesses. Ademais, os tratados de paz, comércio internacional, cooperação setorial e afins podem ser enxergadas como alianças para manutenção do status quo para alguns Estados ou da configuração momentânea da balança de poder. Logo, as organizações internacionais e os regimes para o realismo não funciona somente como um instrumento do poder, mas é também um reflexo do sistema em que ele está distribuído.

3. METODOLOGIA

O presente trabalho consiste numa pesquisa básica estratégica, objetivando gerar conhecimento novo a respeito da atuação da Federação Russa na cooperação internacional, compreensão que se faz necessária para analisar as dinâmicas do sistema internacional atual, bem como, em termos mais práticos, objetiva produzir material em forma de artigo científico a ser utilizado nas aulas de Cooperação Internacional no curso de Relações Internacionais. O problema foi abordado de forma qualitativa, na medida em que descreveu e interpretou as ações e perspectivas da Rússia sobre a cooperação internacional desde a União Soviética até os dias atuais, de forma a analisar a hipótese da continuidade da ortodoxia e de ímpetus imperialistas do comportamento russo nas relações internacionais, mesmo com a aparente transformação político social após a dissolução do império soviético (1991).

A pesquisa, apesar de também pretender descrever as diretrizes da política externa russa na era soviética e no pós-Guerra Fria, é essencialmente explicativa, visto que procurou ampliar as generalizações feitas a respeito da ação da Rússia nas relações internacionais, bem como estruturou brevemente o padrão de comportamento russo na cooperação com outros países na atualidade. Nisso, a pesquisa foi bibliográfica, quando interpreta e compara análises e informações produzidas em periódicos, teses de mestrado e livros a cerca do assunto.

Na presente pesquisa foram analisados, sob o olhar da História das Relações Internacionais, os moldes da política externa, as ideologias que fomentam e justificam políticas e as formas de atingir o interesse nacional no período da União Soviética, permeando a Guerra Fria e finalizando com o estabelecimento da democracia liberal - já como Federação Russa- no século XXI. Com isso, pretendeu-se ir além de formalismos de documentos e diretrizes oficiais - como o Conceito da Política Externa da Federação Russa aprovada pela primeira vez por Vladimir Putin em 2000 (IVANOV, 2002) - bem como superar a simples ideia contra hegemônica atribuída como o objetivo principal da atuação russa, a fim de entender qual o limite do comprometimento da Rússia atual com as instituições e regimes internacionais, assim como o *rule of law*.

Mediante essa metodologia, a pesquisa foi estruturada em 3 partes. De início, esboçou-se o fundamento teórico pelo qual foi analisada a postura russa na cooperação internacional, em específico fazendo uso da matriz conceitual da teoria realista clássica e a neoclássica, na qual se destacam Hans Morgenthau (2003), Michael C. Williams (2004), Jacek Wieklawski (2012) e Robert Jervis (1999). Além disso, utilizou-se conceitos-chaves da Ciência Política e das Relações Internacionais de Estado, soberania, territorialidade e cooperação internacional para uma compreensão mais profunda dos paradigmas russos. Na segunda parte, foi necessário analisar o período histórico da União Soviética (1917-1991) a fim de traçar o padrão de comportamento dos soviéticos na cooperação internacional, bem como descrever brevemente os processos que culminaram no período pós-soviético as diretrizes da política internacional da Federação Russa atual (2000-2017). Por fim, no terceiro momento foi analisada a sistematização da ação russa neste período de cem anos datado desde a Revolução Russa (1917) até os dias atuais (2017), comparando-as a fim de estabelecer constantes e rupturas. A partir desse método de comparação histórica, assim como de nuances da dialética, as discussões e resultados foram estruturados no presente relatório.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em meio a profundas crises econômicas, pobreza da população, precarização das condições de trabalho e a inabilidade do czar e governos provisórios sucessores de lidar com tais desafios, as ideias do socialismo-marxismo já borbulhantes desde meados do século XIX tomaram forma nas sucessivas revoluções em 1917. Com a derrubada do Império czarista, fora instaurado um sistema monopartidário de condução da região sobre a presidência autoritária do líder do Partido Comunista da União Soviética (PCUS).

4.1 UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS (URSS)

4.1.1 A Política Externa e a Cooperação na era soviética

Essencialmente, a política externa soviética voltava-se para proteger a Revolução de ingerências externas que poderiam desestabilizá-la. Contudo, diferentemente da China que optou por um isolacionismo restritivo, a URSS dosava suas interações externas ao seu campo de influência e nelas buscava primeiramente o menor confronto possível.

Em termos de instituições, destacam-se as Internacionais Comunistas (Comintern) fundadas por Lênin em 1919, que eram encontros anuais que reunia o Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e demais partidos comunistas do mundo. A intenção era a cooperação para internacionalizar a revolução do proletariado e promover a superação dos moldes capitalistas. Esse é o exemplo clássico de organização internacional fundada pelo regime comunista em consoante com objetivo de política externa de salvaguardar a

Revolução socialista que permanecia no sistema internacional como o único a ter conseguido instaurar a ditadura do proletariado. No entanto, Stálin enfraqueceu as Internacionais limitando suas reuniões e centrando o seu foco na Nova Política Econômica (NEP) e acordos bilaterais estratégicos para proteção e conquista de território (Guerras na Polônia antes da Segunda Guerra Mundial, por exemplo). Além disso, havia o temor do crescimento do poder de ingerência do PCUS na

liberdade de manobra política de Stálin. Na Segunda Guerra Mundial, o comportamento de Stálin em relação aos avanços do bloco liderado pela Alemanha nazista era de contenção e evitar ao máximo a ofensiva. Exemplo disso tem-se a assinatura do Pacto Molotov-Ribbentrop de 1939, que versava sobre a não agressão entre a Alemanha nazista e a URSS e a distribuição territorial e política na Polônia e em territórios do Leste Europeu. Na mesma época do tratado houve outro de cooperação comercial. O tratado Nipo-soviético de 1941 também é outro exemplo de cooperação bilateral que previu essa tentativa de neutralidade frente às crescentes hostilidades dentro do continente europeu. No entanto, mesmo com os esforços de não agressão e recusa a retaliar as ofensivas do Eixo, a URSS entra na guerra após no seu início sofrer grandes perdas nas ofensivas nazistas. A atuação do Exército Vermelho pouco cooperava com os Aliados, participando durante a guerra de duas conferências: Conferência de Moscou (1943), Conferência de Teerã (1943) e nas duas posteriores à Guerra: Yalta e Potsdam (ambas em 1945). Os resultados da guerra para a URSS, além dos prejuízos econômicos e grande perda demográfica, foram a reconquista da totalidade da região do Leste Europeu e crescimento de sua influência geopolítica no sudeste asiático, na expulsão dos japoneses da Manchúria e do norte da Península Coreana. Na Guerra Fria, a situação de balança de poder exigiu que o regime stalinista retomasse em certa medida o caráter das Internacionais Comunistas, ao apoiar os regimes em consolidação na China de Mao Tsé Tung, em Cuba de Fidel Castro e no Vietnã. Além disso, acordos internos bilaterais para fortalecer a União foram realizados de forma a sustentar primordialmente a NEP e o sistema produtivo soviético. A entrada na ONU e a cadeira permanente no seu Conselho de Segurança conferem aos soviéticos o engajamento numa cooperação multilateral, que sustentou em parte a frágil estabilidade do mundo bipolar, ainda que o molde bilateral tivesse maior preferência (característica que se mantém na política externa atual da Federação).

No entanto, a decadência do regime stalinista pode ser visto como uma implosão. Os fatores internos juntamente com o panorama geral do sistema internacional foram decisivos para a derrocada da URSS. Os sucessores de Stálin, Krushchev e Gorbachev (interrompidos por um breve momento na liderança de Brejnev) buscaram romper com os paradigmas stalinistas que limitavam as oportunidades de negócios e estabelecer relações mais intensas com outros países não socialistas, além de diretrizes de fechamento da própria economia soviética tomadas pela

fracassada NEP. Há de se mencionar que nesse período em matéria de política externa há de se destacar a tentativa de sustentar uma coexistência pacífica, sendo ela marcada por instabilidades ao passo que ocorria uma competição pela corrida espacial e armamentista militar-nuclear.

4.2 FEDERAÇÃO RUSSA

Em dezembro de 1991, a URSS oficialmente foi desfeita após os movimentos de independência das 12 repúblicas e das falhas da perestroika de Gorbachev em mantê-la intacta. A Rússia naquele momento se via numa situação bastante complicada, perdendo cerca de um terço de seu território total, diminuição em cerca de 50% de sua população em 1991, e uma economia arrasada com perda de aproximadamente 40% (JUBRAN, 2015) e crescimento econômico soviético negativo de 10%. Isso se deve a alta integração econômica que existia entre as repúblicas socialistas que, com a dissolução, desmantelou toda uma cadeia produtiva (SEGRILLO, 2015). Politicamente, o movimento de de-Stalinização, ou Novo Pensamento, havia criado raízes na consciência da classe política, bem como nas próprias instituições, nas mudanças que reorientaram a política e a economia russas da centralização socialista para economia de mercado e abertura política. Por fim, a população se via desorientada em meio de tantas mudanças bruscas nas estruturas políticas e socioeconômicas, além de sérios problemas de identidade/nacionalidade que após os conflitos étnicos dentro da União e a ruína soviética colocavam em xeque o significado do que é ser russo. As perspectivas para o futuro, portanto, aos olhos da população eram incertas, o que justifica em parte a grande evasão de pessoas da Rússia (SEGRILLO, 2015). Num curto intervalo de quase 30 anos, duas estratégias foram postas em prática para solucionar as lacunas deixadas na economia e na organização política: a de abertura de mercado e privatizações ao molde neoliberal realizado no primeiro mandato de Boris Iéltsin (1991-1994) e uma espécie de liberalização dirigida em meados do segundo mandato (por pressão do parlamento) e nos últimos três mandatos de Vladimir Putin de 2000-2004, 2004-2008 e 2012-2018 (intercalada com o governo Dmitri Medvedev de 2008-2012, em que foi primeiro-ministro).

Cabe constatar que o período pós-Guerra Fria para a Rússia constitui num período inédito em sua história, a qual foi marcada pelo autoritarismo, seja monárquico ou ditatorial. A abertura de mercado e a democratização, a qual ainda é uma incógnita para os russos e para o mundo, é um processo que está sendo dirigido pelo Estado. Isso porque há garantias de liberdades políticas dentro da manutenção de uma centralização de poder, alheio a natureza democrática. A construção da popularidade dos governantes através das políticas de recuperação econômica da Rússia, os acordos parlamentares, a domesticação de oligarquias (sendo elas lícitas ou não) e o ressurgimento de um sentimento patriótico, além do controle ideológico da população que não ferisse o status quo do governo, foram as bases necessárias para a continuidade de poder e, por conseguinte da própria política externa.

4.2.1 Nova Concepção de Política Externa da Rússia

Ao contrário do que é convencionalizado nos estudos sobre diplomacia e política externa russa, sua reorientação não é centralizada em Putin e muito menos começou a partir dele. Após tentativas falhas e precipitadas de estabelecer amplos laços com países do Ocidente logo após 1991, a ascensão de Yevgeny Primakov como chanceler do *Smolenskaya Ploshchad* (sede do Ministério dos Negócios Estrangeiros) em 1996, no segundo mandato de Boris Yeltsin, é um ponto chave na mudança de paradigma da política externa da Federação Russa até alcançar os moldes atuais. Primakov possuía um caráter estadista que promoveu uma reorientação nacionalista para a política externa. Visto as consequências de uma artificialidade em enxergar reciprocidade nas relações com o Ocidente, Primakov buscou cunhar um direcionamento autônomo e independente, de forma a proteger o poder e segurança russos. A postura nesse sentido orientou-se à contra hegemonia estadunidense, considerada um risco para a estabilidade internacional. Contudo, ao contrário do que possa parecer, isso não significa uma resistência ao Ocidente, mas buscavam-se termos mais pragmáticos nessas relações baseadas nas diretrizes do interesse nacional russo. Junto a isso, a expansão das relações bilaterais com outras regiões do mundo era imprescindível na visão de Primakov no mundo multipolar, estratégia que ele chamou de multivetorial.

Nesse período, a Rússia foi admitida no G-7 (depois G-8), estabeleceu vínculos com a China e Índia (Triple Axis), melhora nos relacionamentos com antigas repúblicas soviéticas como a Ucrânia, ampliação de relações com o continente sul americano e africano e aproximação com Estados do Oriente Médio (JUBRAN, 2015). Porém, como avalia Jeffrey Mankoff (2009), apesar de o governo ter conseguido o controle do processo do policy-making da política externa, ter fortalecido seus recursos energéticos (gás natural) e usado como recurso útil de barganha no sistema internacional, pouco essa autonomia revelava sobre o papel que a Rússia exerceria nas relações internacionais.

Após a renúncia de Iéltsin em 1999 e a posse de Vladimir Putin em 2000, que foi aprovada a Concepção de Política Externa da Federação Russa, a qual sistematizou as bases principiológicas e metas a serem alcançadas. Esse documento afirma como prioridade da Rússia a proteção de seus interesses nacionais, quais sejam garantir sua soberania, autonomia, segurança e estabilidade internas e desenvolvimento. Além disso, reconhecia a nação russa como um global player importante e influente na ordem mundial, assim sendo a política externa deveria garantir o status forte do Estado russo. No tocante as relações com seus vizinhos e o Ocidente, a abordagem era de estabelecer cooperação internacional e entendimento mútuo, no limite apenas da salvaguarda do interesse russo. Conceitos principais e recorrentes no documento, além do interesse nacional, são os de democracia, soberania, multipolaridade, cooperação internacional, pragmatismo e segurança (IVANOV, 2002). A Concepção de 2000, portanto, deu um caráter mais assertivo, voltado para dentro, pragmático (ao orientar ações para as necessidades e na medida das capacidades disponíveis) e independente. Apesar de Igor Ivanov (2002), chanceler de Putin na época, considerar essa Concepção como a instrumentalização final do processo de consolidação da política exterior russa, considerando todo o processo histórico e lições aprendidas ao curso da diplomacia, Jeffrey Mankoff (2009) argumenta que tal sistematização serve mais como um guia de princípios e metas para os funcionários e políticos do serviço diplomático, bem como aqueles que desejam entender a formalidade por trás das ações internacionais russas, do que um sistema que mostre soluções práticas para situações e conflitos enfrentados.

Seja como for, tais posturas aliadas à centralização de poder internamente e numa abordagem em relação ao poder ocidental menos conivente, não agradou as expectativas dos Estados Unidos e da Europa, cujas relações ainda permaneciam

abaladas, especialmente no caso da expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) sobre o leste europeu, considerada zona de influência russa.

Porém, a mesma habilidade política que Putin demonstrou no plano doméstico, ele também o fez externamente. Após os ataques de 11 de setembro de 2001 aos Estados Unidos, a Rússia se propôs a cooperar no combate ao terrorismo, como apoio aéreo, informação e bases na Ásia Central na invasão do Afeganistão (2002) contra os talibãs. Essa postura ‘condescendente’ só foi revista no caso do Iraque (2003) após duras críticas internas. Na Europa, Putin buscou acordos comerciais e de entendimento mútuo, especialmente no fornecimento de petróleo e gás.

Há de se mencionar nesse momento o fortalecimento da Comunidade dos Estados Independentes (CEI) criada ainda no crepúsculo da URSS em 21 de dezembro de 1991. Em 2002, a Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC) fora reforçado, chegando a realizar missões posteriormente, e a partir deste ponto a organização começou a atuar de forma mais enérgica em cooperação em matéria de segurança internacional no CSNU, com a Organização para a Cooperação de Xangai e o Irã.

Quanto a outros países do mundo, a Rússia estreitou os laços com a China, assinando em julho de 2001 um tratado entre nações amigas, que estabeleceu a cooperação entre ambos. Desse tratado é possível enxergar em foros multilaterais, especialmente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), um constante alinhamento entre os dois. Putin ainda deu continuidade à aproximação com a Índia e a abordagem multivetorial de cooperação, mas as que mais surpreenderam sua contraparte ocidental estadunidense foram estabelecer relações com Irã, Iraque e Coreia do Norte, considerados a época inimigos de Washington (JUBRAN, 2015).

Findada a possibilidade legal de um novo mandato de Putin, Dmitri Medvedev assume em 2008 como seu sucessor, ainda que Vladimir tenha continuado de alguma forma no governo como primeiro-ministro. Diferente de Putin, Medvedev tinha uma visão menos assertiva em relação ao Ocidente, bem como era mais sóbrio no que se diz respeito ao ideal de grandeza russo. Porém poucas mudanças foram realizadas por ele em termos da Concepção de Política

Externa, que contaram com características do suprasumo do Direito Internacional, da multipolaridade, da boa vizinhança, proteção de russos dentro e fora da Rússia e foco em regiões de interesse. Mais ainda, os primeiros anos do mandato do presidente sofreu com as muitas reviravoltas no cenário internacional. A primeira delas foi o conflito com a Geórgia (2008), em que as regiões da Ossétia do Sul e Abcásia proclamaram sua separação, a qual foi reconhecida e apoiada pela Rússia, mas não pela Geórgia, países do Ocidente e a própria Organização das Nações Unidas (ONU). A segunda foi a crise financeira dos Estados Unidos em 2008 que fizeram a Rússia entrar novamente numa recessão (não tão grave como nos anos 1990) e tomar medidas de austeridade que dariam fim ao ritmo acelerado de crescimento econômico russo.

Porém, é importante destacar ascensão de Barack Obama à presidência dos Estados Unidos em 2009, que com uma postura menos provocadora e rígida que seu antecessor, foi possível para Medvedev tentar uma nova reaproximação com Washington e amenizar o clima tenso entre os dois países. A aproximação com os países dos BRIC (acrônimo para Brasil, Rússia, Índia e China) e o estabelecimento de um mercado comum com a Bielorrússia e o Cazaquistão auxiliaram a amenizar a imagem hostilizada da Rússia internacionalmente. No entanto, a política externa voltaria a passar por momentos de tensão com o retorno de Vladimir Putin à presidência em 2012, nos desdobramentos dos conflitos com a Ucrânia e de intervenções internacionais após resultados da Primavera Árabe, mais especificamente, na Líbia e Síria.

Em março de 2012, Vladimir Putin retorna à Presidência para um mandato com duração de seis anos, após a aprovação de uma emenda constitucional em novembro de 2011 pela Duma. Dmitri Medvedev assumiu como seu primeiro-ministro, cabendo destacar a entrada da Federação Russa na OMC em 2012, o asilo político dado ao estadunidense Edward Snowden acusado pelos EUA de liberar segredos de Estados, os atritos com a Ucrânia e a UE, e a anexação da península da Crimeia.

A partir das definições e bases principiológicas da Concepção de Política Externa da Federação Russa (2016)⁴, percebe-se que a política externa russa orienta-se para uma visão estadista, de garantir primordialmente a segurança,

⁴ Recorte contendo os objetivos gerais da política externa presentes no referido documento pode ser consultado no Anexo I desse relatório. Tradução livre.

autonomia e estabilidade nacionais. No entanto, mesmo que tal abordagem possa gerar uma tendência isolacionista nas relações exteriores, a Rússia procura expandir seus contatos com o mundo, como bem deixa explícito em seus objetivos de estabelecer boa vizinhança, estimular a cooperação internacional e facilitar o diálogo cultural. Nesse sentido, as práticas russas entram em acordo com seus princípios, quando o presidente Putin ou seu chanceler Sergei Lavrov mantêm sucessivas visitas e reuniões bilaterais com suas contrapartes ou embaixadores de outros países. Nisso, é possível perceber uma preferência da diplomacia russa pelo contato bilateral, pois a autonomia de negociação é maior do que no âmbito multilateral (MANKOFF, 2009). Assim, os foros multilaterais para os russos, a despeito do que a igualdade de foros que a Conceção possa mostrar, serve como palco para a construção de uma ordem multipolar, especialmente no quesito de segurança internacional, em que se respeite justamente a soberania e a estabilidade que a Rússia tanto presa.

Quanto ao ponto da segurança, nota-se a recorrente visão da Rússia como um ator essencial para manutenção da paz e segurança mundiais. Há a forte condenação a medidas unilaterais e alheias às determinações do direito internacional e da ONU por meio de seu Conselho de Segurança. Tais ações são enxergadas como ameaça a multipolaridade e põe em risco a soberania dos Estados, por isso, desestabilizar esses sistemas é visto como uma ameaça à segurança nacional russa. Nisso, o CSNU não é somente utilizado como mecanismo de oposição aos Estados Unidos, Reino Unido, França e não permanentes aliados, mas como forma de contenção e dissuasão de práticas incompatíveis com o entendimento russo de soberania, intervenção e segurança. Ainda no que concerne a segurança internacional, a política exterior russa defende a regulação de uma zona livre de armas de destruição em massa com o reforço de instituições internacionais de controle, o CSNU e países terceiros interessados (IVANOV, 2002). A aproximação com países do Oriente Médio, mesmo na era soviética, mostra o caráter forte do pragmatismo no estabelecimento do network russo, em que a inclinação ideológica pouco ou nada influencia, quando o elemento norteador é realmente o interesse russo e os ganhos específicos a serem alcançados.

É válido esclarecer que a implementação da política externa, constitucionalmente é realizada pelo poder executivo, com apoio do legislativo nas obrigações legais da Rússia em âmbito internacional. Por essa razão, as relações

exteriores russas são muito associadas à diplomacia presidencial, o qual é responsável por formular as diretrizes. O chanceler a frente do Ministério dos Negócios Estrangeiros está subordinado aos comandos da presidência, cabendo apenas executá-las. Nesse sentido, percebe-se certa herança com a URSS em relação à condução institucional das relações exteriores.

4.2.2 A Cooperação Internacional na “Nova Rússia”

Mediante tudo que foi abordado no item supracitado, constatou-se que a dinamicidade da cooperação internacional russa encontrou seu maior fluxo de desenvolvimento desde 1996. A participação em foros multilaterais - como a ONU, G20, OMC e BRICS – e o extensivo uso da diplomacia bilateral retiraram a Rússia de um certo isolacionismo dosado presente na época soviética. Em questões de segurança, a Federação Russa ainda se vê como um importante ator para o equilíbrio de poder no sistema internacional ao fortemente agir no âmbito do CSNU e evocar os princípios e regras do Direito Internacional em prol da defesa da soberania, não-ingerência e multilateralismo.

Além disso, a diplomacia russa permanece recorrendo a recursos bilaterais em sua forma de cooperação internacional como já mencionado anteriormente, porém neste momento com maior densidade do que na época soviética. Isso pode ser notado na intensa agenda de visitas que o chanceler realiza aos seus homólogos em outros países, como uma maneira de manter o canal de contato aberto sobre temas de agenda internacional de interesse comum⁵.

Há de se mencionar que mesmo possuindo uma continuidade na política externa de centralização na figura Estatal e primazia na defesa da soberania nacional, em um contexto de densa globalização os conceitos de soberania e interdependência convivem até certa medida no *modus operandi* russo de cooperação internacional. Isso porque, assim como argumentam Joseph Nye Jr e Robert O. Keohane (2009), numa interdependência complexa o grau de sensibilidade e vulnerabilidade dos países em relação aos acontecimentos

⁵Informação facilmente de ser notada na agenda de reuniões e visitas a representações estrangeiras publicadas no canal de notícias do site do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Rússia (http://www.mid.ru/en/foreign_policy/news)

econômicos e as próprias ações no sistema, impede em termos práticos a busca pela soberania absoluta, isto é, em sua concepção mais ortodoxa. Os russos aos compreenderem isso, vêm se especializando nas regras de direito internacional e se inserindo nos regimes internacionais, a exemplo da sua entrada na OMC em 2012, ainda que tardia. Junto a isso, o próprio contexto de transnacionalidade da interdependência complexa estimulou uma situação distinta do que acontecera na URSS, no sentido que ampliou a área de países que os russos poderiam desenvolver relações de comunicação e negociação mais densas, diferentemente da delimitação de preferência a região da Eurásia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos levantamentos realizados foi possível desfazer concepções limitadas e pouco objetivas a cerca da política russa e satisfazer em geral a hipótese de que os ímpetos de centralização, nacionalismo estatal e ortodoxia continuam marcantes apesar da grande mudança doutrinária na política. Destaca-se a dificuldade da pesquisa em achar informações mais voltadas ao período soviético em outros idiomas senão o russo e que fosse disponível para livre consulta. Também foi possível constatar padrões de comportamento que advém de um exame histórico e de como os russos se entendiam/inseriam nas relações internacionais frente ao Ocidente e aos desafios de manter sua integridade e segurança territoriais. Nota-se que há uma inclinação estadocêntrica em prover as condições necessárias para salvaguardar os interesses da Rússia, assim como um sentimento de pertença ao mundo ocidental, mesmo que este varie em intensidade a depender das características político-ideológicas da classe política e da sociedade. Há de se mencionar que no processo histórico recente, após a Guerra Fria, a Rússia ainda passa por um momento de reformulação inédito em sua história, marcada por regimes autocráticos. A política externa russa atual, de acordo com a doutrina diplomática e os princípios trazidos na Concepção de Política Externa da Federação Russa (2016), se mostra pragmática, centrada no interesse nacional, no estabelecimento do multilateralismo, na defesa do status quo regional russo e na expansão de influência russa, ainda que sutilmente.

Visto isso, é importante ainda salientar que o estudo da política internacional russa requer um exame histórico, na medida em que o seu comportamento e o modus operandi da política é um resultado direto, aglutinado, de tradições e experiências históricas. Mesmo com a democratização e uma sutil mudança que o contexto do pós-Guerra Fria trouxe para a Federação, a Rússia ainda possui fundações muito conservadoras em suas políticas, resultado dessas tradições. Isso pode ser percebido ainda na primazia da demonstração de poderio bélico e na pouca diversificação econômica, muito dependente do setor de hidrocarbonetos. Há de se adicionar o fato da democracia russa estar longe da sua concepção teórica mínima, em que se percebe uma centralização de poder em Vladimir Putin e um alto controle estatal

sobre a economia e a sociedade. Uma espécie de “democracia dirigida” em termos de política externa produz certa eficiência e continuidade, porém pouca diversidade.

Ainda, é possível notar no governo e na população o ímpeto do projeto de grandeza da Rússia, porém mais singelo que outrora. Isso porque se há certa consciência de suas capacidades e de seus escassos recursos. Por outro lado, como aponta Andrei Tsygankov (2009), a concepção do novo papel que Rússia desempenhará nas relações internacionais permanece uma incógnita. O que se percebe nesse sentido é preservar seu status quo nacionalmente e em sua zona de influência exclusiva, que abarca a Eurásia, e aos poucos, através de uma participação mais enérgica no âmbito internacional, estabelecer sua influência fora dessa zona, e aqui, a ideia do projeto eurasiático de Alexander Dugin (2015) faz sentido se concretizar a longo prazo e por vias mais sutis.

Em suma, o comportamento da Federação Russa nas relações internacionais contemporâneas, bem como frente às problemáticas enfrentadas no cenário atual, o caso sírio, para o internacionalista e entusiastas da política internacional levantam questões interessantes que questionam a ordem e as instituições liberais, as quais são hegemônicas sob a tutela dos EUA nos últimos 70 anos. Os princípios de liberalização de mercado, cooperação para a solução de problemas da agenda internacional (destacando-se a segurança, paz e o comércio internacionais), o estabelecimento de normas de direito internacional em resposta a um mundo mais globalizado e interdependente são postos em xeque com as novas tendências ocorridas no “mundo ocidental”. Nisso, a ascensão do governo de Donald Trump nos EUA, que se mostrou contrário ao internacionalismo liberal e assim muda a tendência estadunidense como o líder e protetor da ordem liberal moderna, assim como a saída do Reino Unido da União Europeia, a reafirmação de autoritarismos na Turquia, Hungria, Polônia e Filipinas, e a emergência do populismo (especialmente da direita conservadora) e de tendências xenófobas e ultranacionalistas na Europa indicam o vácuo e dissolução de poder na defesa da ordem liberal. Ademais, os valores liberais modernos advindos da era do Iluminismo do racionalismo, cientificismo e liberdade comercial para a paz e prosperidade mundiais, bem como o institucionalismo liberal em si (livre comércio, multilateralismo e segurança coletiva) adicionam-se a conta do questionamento dos moldes liberais e neoliberais, visto a onda de protecionismos, nacionalismos e a vulnerabilidade geral frente às ações das políticas de grandes potências no mundo (EUA e China principalmente).

Mesmo que a Rússia não tenha um projeto que concorra com o liberalismo (que não foi estabelecido recentemente, mas há mais de 200 anos), a sua forma híbrida de adotar alguns preceitos e procedimentos liberais, adaptando-os a sua realidade histórica e sociopolítica, ainda que esse processo não tenha sido concluído, pode encaminhar para a reforma da ordem liberal. A tendência mundial visto a emergência de novos atores, novos itens de agenda e a intensificação do processo de globalização, aponta para um mundo mais social democrático do que neoliberal. Sendo assim, o estudo e a visão russa que este trabalho de monografia propôs se torna importante para o debate da reforma de uma possível nova ordem liberal mais cosmopolita e que considere as novas complexidades do sistema, bem como as demandas sociais que ele propõe.

6. REFERÊNCIAS

- BERTONHA, João Fábio. **Ascensão e queda de um império: uma história geopolítica e militar da Rússia, dos czares ao século XXI**. Curitiba: Juruá, 2011.
- CARR, Edward H. **Vinte anos de crise**. Brasília: FUNAG, 2001.
- CARONE, Edgard. **As origens da III Internacional Comunista**. Revista de Estudos da Sociologia, São Paulo, v.5, n.8, 2000, p. 129-141. Disponível em <<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/835/696>>. Acesso em 30 de abril de 2018.
- DUGIN, Alexander. **Last War of the World-Island: The geopolitics of contemporary Russia**. Londres: Arktos Media Ltda, 2015, c. 1.
- FREEZE, Gregory L. **História da Rússia**. Portugal: Edições 70, 3ª ed., 2017.
- GROPPO, Bruno. **O comunismo na história do século XX**. Lua Nova, São Paulo, n. 75, 2008, p. 115-141. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452008000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 de abril de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452008000300007>.
- IKENBERRY, G. John. **The end of liberal international order**. International Affairs, Estados Unidos, Oxford University Press, v. 94, n. 1, 2018, p. 7-23. Disponível em: <<https://academic.oup.com/ia/article/94/1/7/4762691>>. Acesso em: 21 de agosto de 2018.
- IVANOV, Igor S. **The new russian diplomacy**. Estados Unidos: R.R Donnelley and Sons, 2ª ed. 2002.
- JERVIS, Robert. **Realism, Neoliberalism and Cooperation**. International Security, v. 24, n.1, mai-ago, 1999, p. 42-63.
- JUBRAN, Bruno M. **A Política de Grandeza da Rússia em Formação: uma síntese do período pós-soviético**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, v.36, n.129, jul./dez, 2015, p.71-98. Disponível em:<<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/782>>. Acesso em: 21 de setembro de 2017.
- KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. São Paulo: Saraiva, 2012.
- _____. **Ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.
- NYE JR, Joseph S; KEOHANE, Robert O. **Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais**. São Paulo: Gente, 2009, p. 3-30.
- MANKOFF, Jeffrey. **Russian Foreign Policy: The return of great power**. Estados Unidos: Rowman & Litterfield Publishers, 2009.
- MATIAS, Eduardo Felipe P. **A humanidade e suas fronteiras: do Estado soberano à sociedade global**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2005, p. 62-95.
- MATINUSSEN, John Dengbol; PEDERSEN, Poul Engberg. **AID: Understanding International Development Cooperation**. Londres: Zed Books Ltda, 2005, p.7-24.

MILHAZES, José; DOMINGUES, João. **Antologia do Pensamento Geopolítico e Filosófico Russo (Século IX ao XXI)**. Portugal: Leya, 2017.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA FEDERAÇÃO RUSSA. **Conceito da Política Externa da Federação Russa** (em inglês). Disponível em: <http://www.mid.ru/en/foreign_policy/official_documents/-/asset_publisher/CptICk6B Z29/content/id/2542248>. Acesso em: 30 de abril de 2018.

MORGENTHAU, Hans J. **A Política entre as nações**. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2003.

PIPES, Richard. **História Concisa da Revolução Russa**. Rio de Janeiro: BestBolso, 5ª ed., 2017.

PONS, Silvio. **Império, estado e ideologia na URSS stalinista**. Lua Nova, São Paulo, n. 75, 2008, p. 99-113. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452008000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 de abril de 2018.

SEGRILLO, Angelo. **A política externa russa pós-Guerra Fria em relação ao ocidente: uma leitura histórica**. In.: PECEQUILO, Cristina S (org.). *A Rússia: desafios presentes e futuros*. Coleção Relações Internacionais. Curitiba: Juruá, 2010, p. 57-72.

_____. **De Gorbachev a Putin: a saga da Rússia do socialismo ao capitalismo**. Curitiba: Prismas, 2015.

SUNY, Ronald Grigor. **Ascensão e queda da União Soviética: o império de nações**. Lua Nova, São Paulo, n. 75, 2008, p. 77-98. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264452008000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 de abril de 2018.

TSYGANKOV, Andrei P. **Russia's Foreign Policy: change and continuity in national identity**. Reino Unido: Rowman & Litterfield Publishers, 3ª ed., 2009.

WIECLAWSKI, Jacek. **Contemporary Realism and the Foreign Policy of the Russian Federation**. *International Journal of Business and Social Science*, v. 2, n. 1, jan, 2011, p. 170-179. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/262875774_Contemporary_Realism_and_the_Foreign_Policy_of_the_Russian_Federation>. Acesso em: 08 de novembro de 2017.

WILLIAMS, Michael C. **Why ideas matter in International Relations: Hans Morgenthau, Classical Realism and the moral construction of power politics**. *International Organization*, v. 58, issue 4, out, 2004, p. 633-665. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/international-organization/article/why-ideasmatter-in-international-relations-hans-morgenthau-classical-realism-and-the-moralconstruction-of-power-politics/47D1CC2ADE6D8BA0E26FBB7BA87B187D>>. Acesso em: 9 de novembro de 2017.

7. ANEXO I

CONCEPÇÃO DE POLÍTICA EXTERNA DA FEDERAÇÃO RUSSA⁶

Aprovada pelo presidente da Federação Russa Vladimir Putin em 30 de novembro de 2016

I. Objetivos Gerais

- (a) assegurar a segurança nacional, soberania e integridade territorial, e fortalecer o Estado de direito e as instituições democráticas;
- (b) criar um ambiente externo favorável que possibilite a economia da Rússia crescer consistentemente e tornar-se mais competitiva e possa promover modernização tecnológica assim como melhores padrões e qualidade de vida para sua população;
- (c) consolidar a posição da Federação Russa como centro de influência no mundo atual;
- (d) fortalecer a posição da Rússia nas relações econômicas globais e evitar discriminação contra os produtos, serviços e investimentos russos ao usar opções proporcionadas pelas organizações econômicas e financeiras regionais e internacionais;
- (e) continuar a promover esforços para fortalecer a paz internacional e assegurar a segurança e estabilidade globais com vistas a estabelecer um sistema internacional democrático e justo que aborde as questões internacionais com base na tomada de decisão [decision-making] coletiva, as normas do direito internacional, principalmente as provisões da Carta das Nações Unidas, assim como igualmente, a parceria entre os Estados, junto ao papel coordenado e central da Organização das Nações Unidas

⁶ TRADUÇÃO LIVRE DO ORIGINAL EM INGLÊS DISPONÍVEL EM:
http://www.mid.ru/en/foreign_policy/official_documents/-/asset_publisher/CptICk6B6BZ29/content/id/2542248.

(ONU) como principal organização responsável em regular as relações internacionais;

(f) buscar relações de vizinhança com Estados adjacentes, assistilos em eliminar a existência e a prevenir a emergência de novos focos de tensão e conflitos em seus territórios;

(g) promover, dentro dos âmbitos bilateral e multilateral, parcerias igualitárias e mutualmente benéficas com países estrangeiros, associações interestatais, organizações internacionais e em fóruns, guiados pelos princípios da independência e soberania, pragmatismo, transparência, previsibilidade, aproximação multidirecional e o comprometimento em buscar as prioridades nacionais de forma não conflituosa; expandir a cooperação internacional sem discriminações; facilitar o surgimento de uma rede de alianças e a participação proativa da Rússia nelas;

(h) assegurar a proteção efetiva e compreensiva dos direitos e dos interesses legítimos dos cidadãos russos e compatriotas residentes no exterior, incluindo diversas estruturas internacionais;

(i) fortalecer o papel da Rússia na cultura internacional; promover e consolidar a posição da língua russa no mundo; elevar o conhecimento mundial das realizações culturais e do legado histórico nacional da Rússia, da identidade cultural dos povos da Rússia e da educação e pesquisa russas; consolidar a diáspora russófona;

(j) reforçar a posição dos veículos de mídia e comunicação russos na área de informação mundial e transmitir a perspectiva da Rússia nos processos internacionais para uma comunidade internacional mais ampla;

(k) facilitar o desenvolvimento do diálogo construtivo e a parceria com vistas a promover a harmonia e o enriquecimento mútuo entre as várias culturas e civilizações.